

Seminário
Lisboa
6 de Novembro de 2006

Adopção da
Factura Electrónica
na Administração Pública



UMIC

Agência para
a Sociedade
do Conhecimento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Plano da Apresentação

I. Introdução

II. Acções desenvolvidas

III. Resultados e conclusões

Enquadramento

LigarPortugal

RCM 137/2005

Exemplos Internacionais

Impactos Esperados

Exemplos Internacionais

País	Ano de lançamento	Dinamizador inicial	Modelo de adoção	Situação actual
Finlândia	2001	Estado	Consórcio de empresas pioneiras	<ul style="list-style-type: none">• Até o final de 2007 existirão 117 entidades Estatais aptas a processar F.E.• 27% dos consumidores já aderiram à F.E.
Dinamarca	2004	Estado	Imposição legal	<ul style="list-style-type: none">• O Estado Dinamarquês apenas aceita facturas digitais ou digitalizadas• Poupança anual estimada na ordem dos €100-120 milhões
Áustria	2006	Estado	Por definir	<ul style="list-style-type: none">• Fase inicial do desenvolvimento de um <i>standard</i> de factura electrónica
Suécia	2006	Estado	Por definir	<ul style="list-style-type: none">• Conclusão do desenvolvimento de um <i>standard</i> de factura electrónica (Svefakturan)
Chile	2002	Estado	Consórcio de empresas pioneiras	<ul style="list-style-type: none">• Mais de 100 milhões de documentos emitidos (até Setembro de 2006)

Princípio Comum



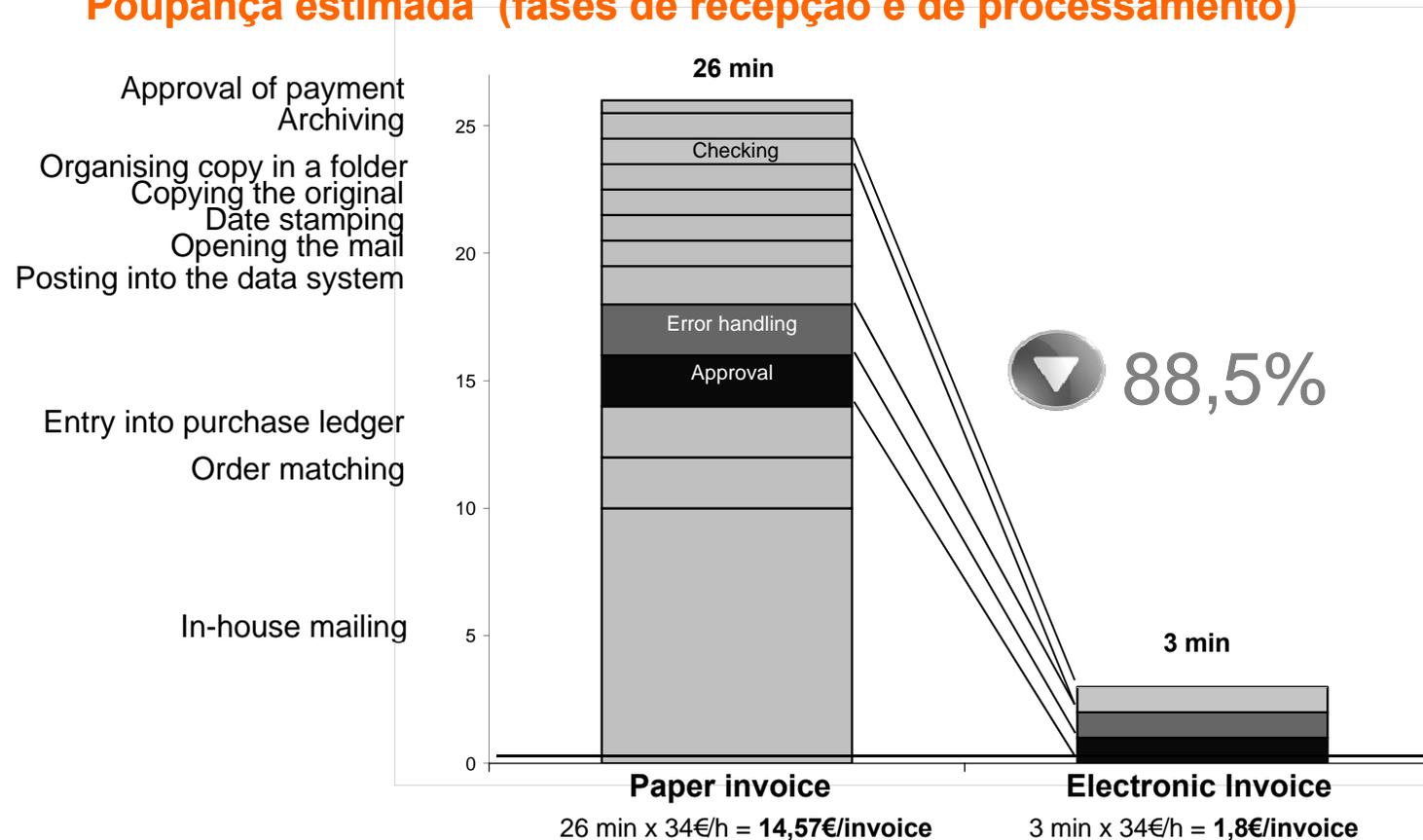
Triângulo dinamizador da adopção



Ao adoptar sistemas de F.E. os Governos **promovem a adopção de novas tecnologias** pelo sector Privado ao mesmo tempo que **reduzem custos operacionais e modernizam a Administração Central**

Que Poupanças?

Poupança estimada* (fases de recepção e de processamento)



Fonte: Pauli Vahtera and Heli Salmi, "Internet and EDI in Effective Accounting"

(*) Exclusivamente calculada com base na redução prevista do esforço humano afecto ao processo

A Adopção da FE é

- **Programa de redução de custos:** *com potencial da ordem das centenas de milhões de euros anuais*
- **Apoio à inovação tecnológica:** *desenvolvimento de PME's de base tecnológica, disseminação de novas tecnologias, promoção do comércio electrónico.*
- **Com impacto em toda a economia:** *produtividade e eficiência de toda a economia, simplificação, melhoria e aceleração de processos administrativos.*
- **E outros resultados significativos:** *do ponto de vista da transparência e visibilidade das aquisições públicas, da justiça fiscal, do ponto de vista ambiental.*

Tarefas Básicas

- **Enquadramento jurídico:** *eliminar quaisquer deficiências de natureza legal que impeçam ou dificultem o uso generalizado da FE*
- **Preparação das instituições públicas:** *apoiar o processo de transformação nas instituições afectadas, orientando quando apropriado as opções tomadas, evitando duplicação de esforços.*
- **Soluções tecnológicas, e standards:** *aproveitar soluções já disponíveis, evitar actividades e custos de desenvolvimento desnecessários, simplificar o “caminho crítico”, minimizar possibilidades de atrasos de execução.*
- **Os parceiros do Estado:** *identificar as suas actuais e futuras capacidades técnicas, influenciar as opções a serem tomadas, e preparar a fase de introdução da FE sempre que aplicável.*

PARTE II

Acções desenvolvidas

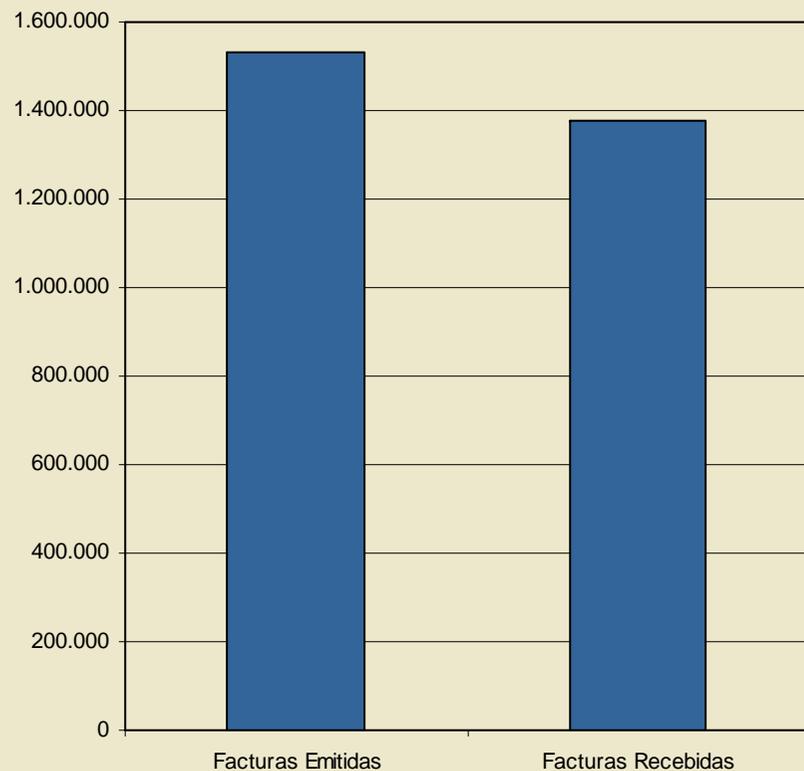


Fase Inicial

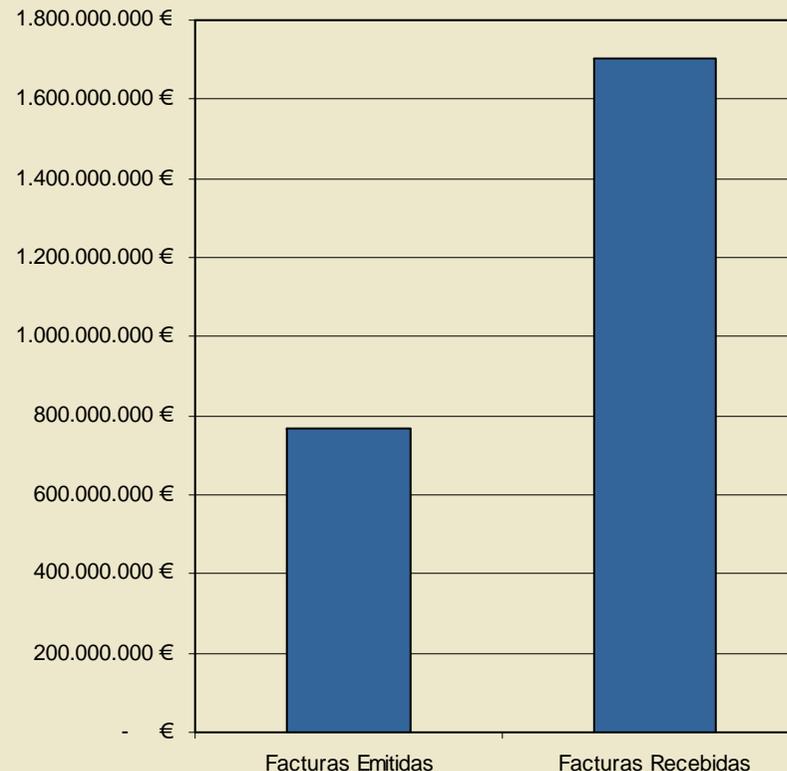
- **2005**: Análise e propostas de legislação. Conclusão: o enquadramento jurídico não é obstáculo à adopção da FE.
- **2006 1º T**: Guia da Factura, Inquérito à AP (360 organismos, de um universo de ≈1.500, 248 respostas). Conclusões preliminares: múltiplos obstáculos à rápida adopção.

Facturação na amostra (1)

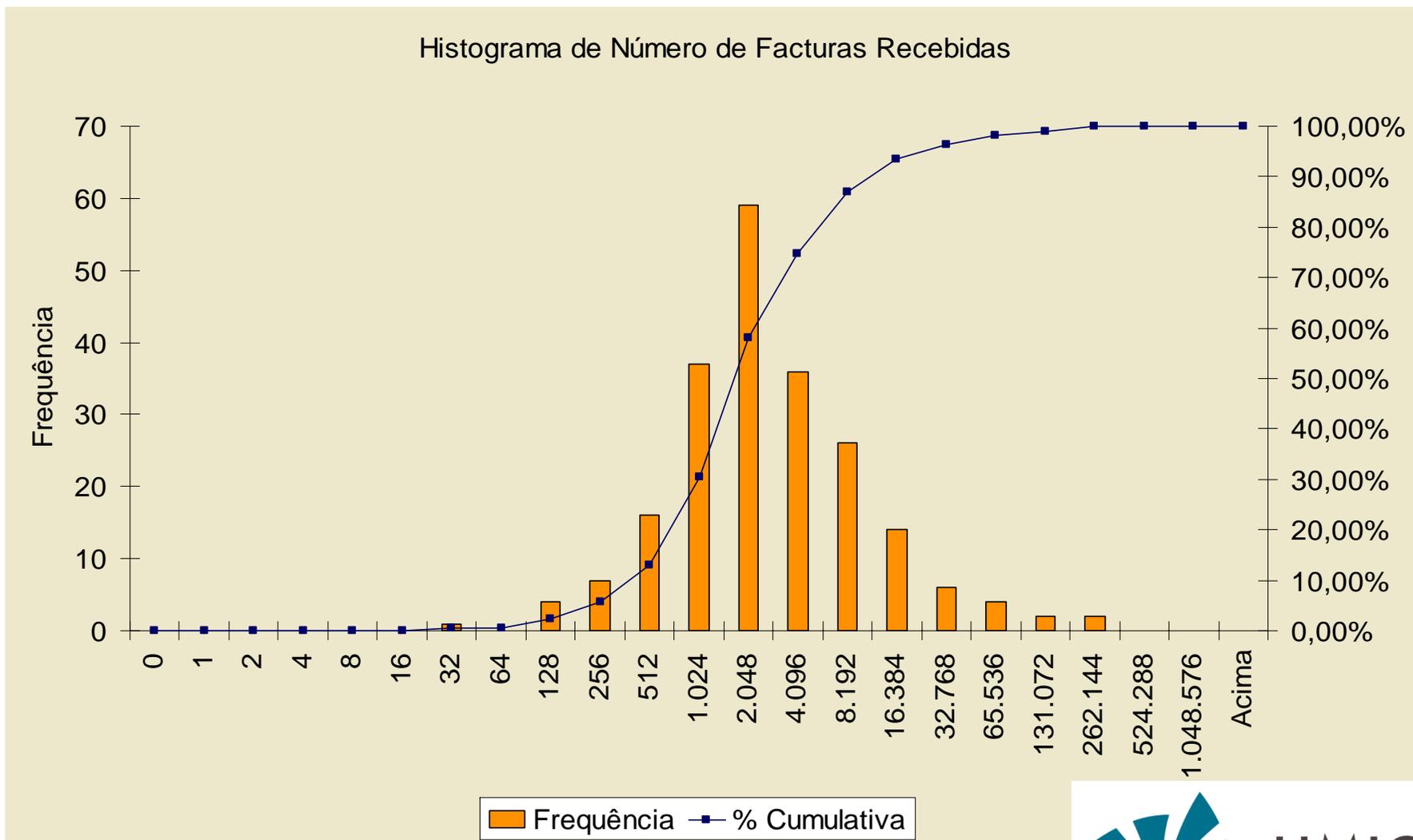
Número total de facturas



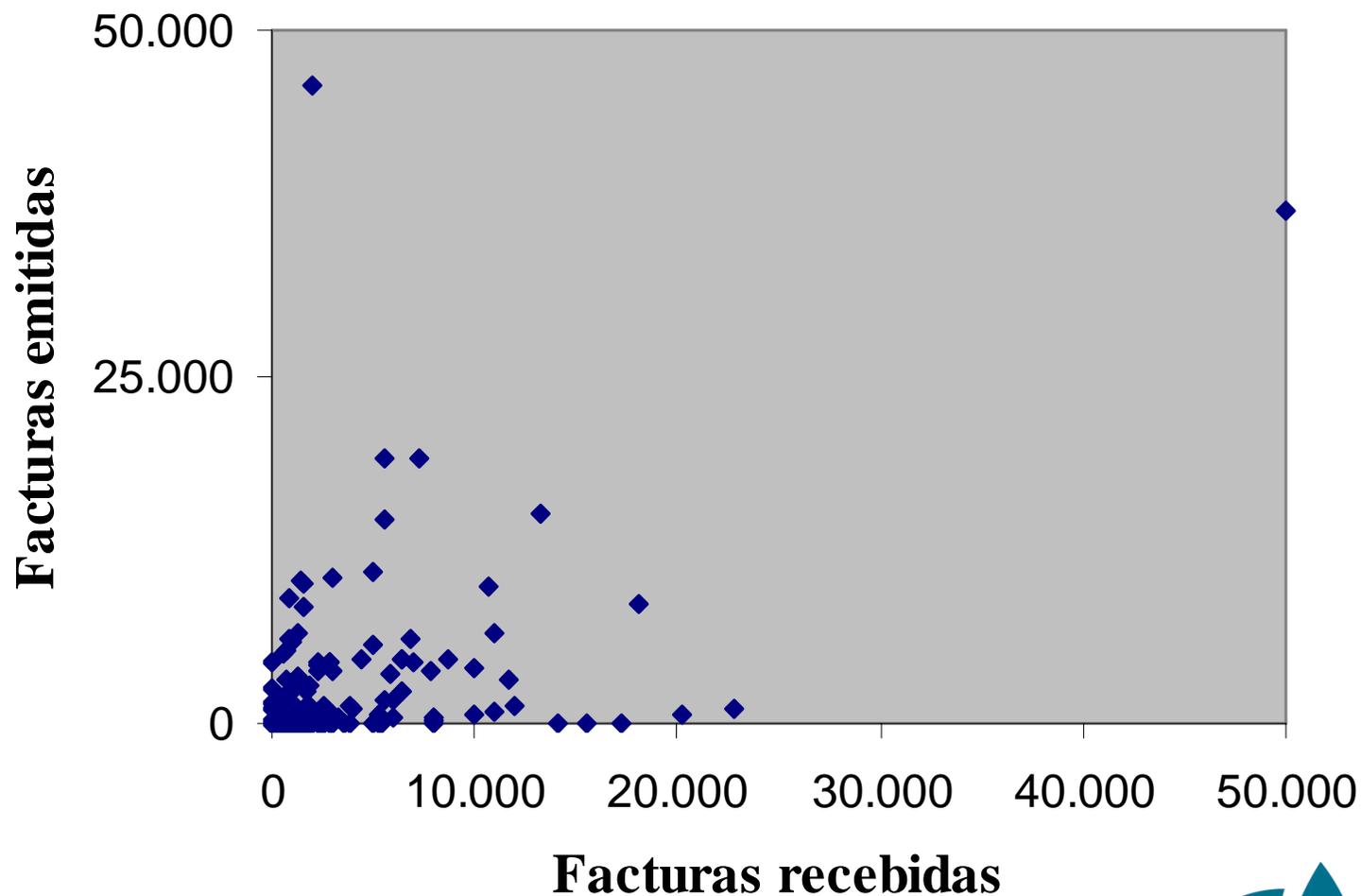
Valor total de facturas



Facturação na amostra (2)



Facturação na amostra (3)



Situação Março 2006

- **Muito fraca utilização da factura electrónica**
- **Planeamento para a sua adopção em fase muito preliminar**
- **Conhecimento insuficiente sobre conceitos essenciais, e sobre soluções**

Barreiras Referidas

- **Informativos:** Desconhecimento técnico
- **Técnicos:** Falta de equipamentos e/ou outros meios (informáticos, comunicações)
- **Organizacionais:** Falta de recursos humanos com as competências necessárias

Princípios para a Acção

- Impõe-se **esforço dirigido e centralizado** de identificação de alternativas técnicas apropriadas, e de levantamento das dificuldades e obstáculos práticos a ultrapassar
- Não reinventar a roda, **deixar o mercado funcionar**
- Criar **redes de colaboração**, juntando quem dispõe da informação essencial

Princípios para a Acção

- Escolher instituições abertas para a mudança, e usá-las como **exemplo**
- Identificar **soluções** simples, robustas, escaláveis, competitivas
- Favorecer a utilização de **plataformas partilhadas**

As soluções Tecnológicas

- Existem, têm maturidade? Como devem ser adquiridas? São necessários desenvolvimentos? **O mercado funciona?**
- São **compatíveis** com os processos, práticas e sistemas em utilização corrente na AP?
- Que **standards** (formatos, meios de comunicação) definir e usar?

Proposta de Acção

Mobilizar fornecedores de soluções, e instituições públicas, em torno de projectos concretos de implementação

Objectivos

Garantir que a 1/Jan/2007 qualquer Organismo Público pode receber e emitir facturas electrónicas

- Demonstrar a **viabilidade** da factura electrónica na AP
- **Testar** soluções de facturação electrónica
- Definir **standards** de interoperabilidade
- Preparar **documentos de apoio** aos processos de aprovisionamento e de implementação
- Junho de 2006: **9** fornecedores, **22** organismos

PARTE III

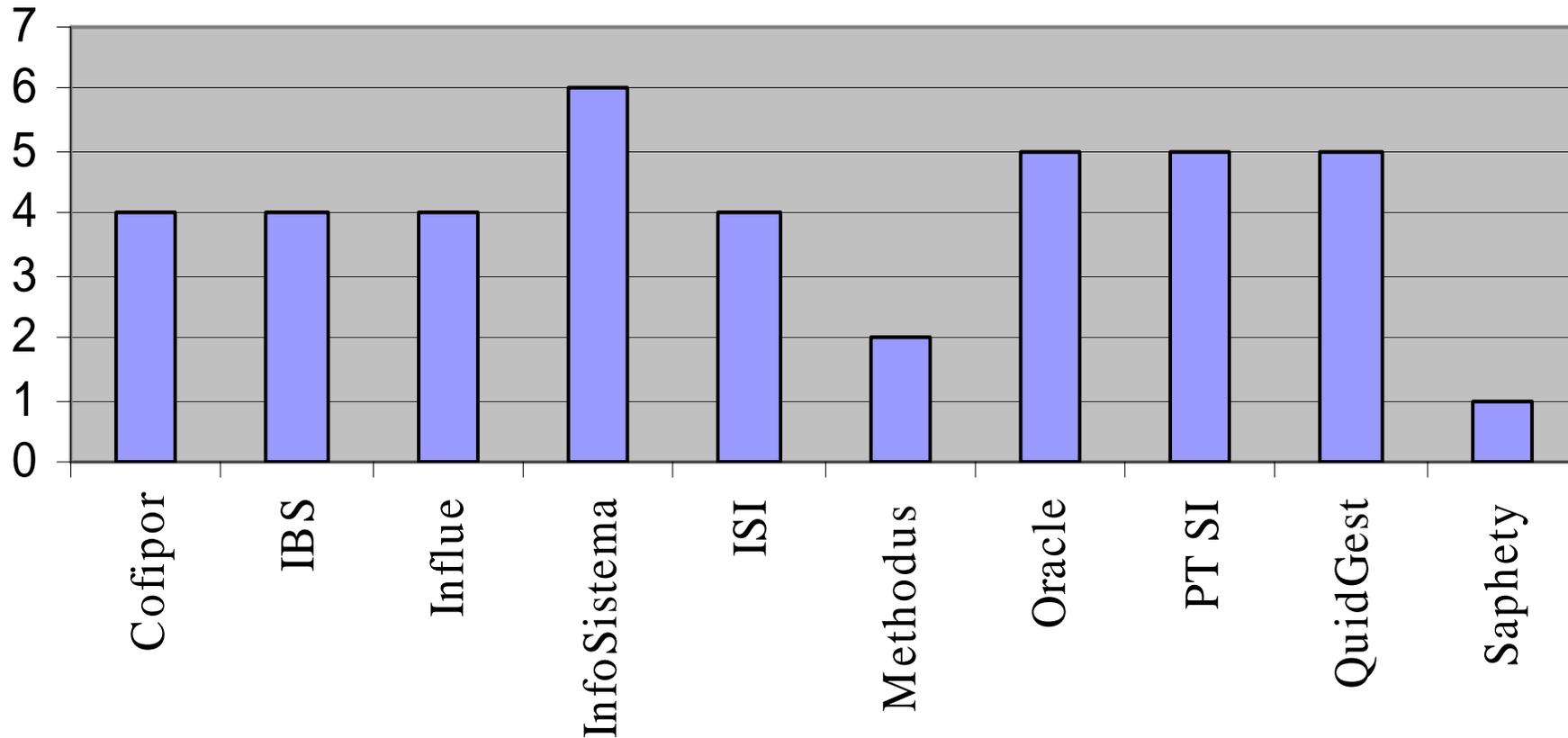
RESULTADOS CONCLUSÕES



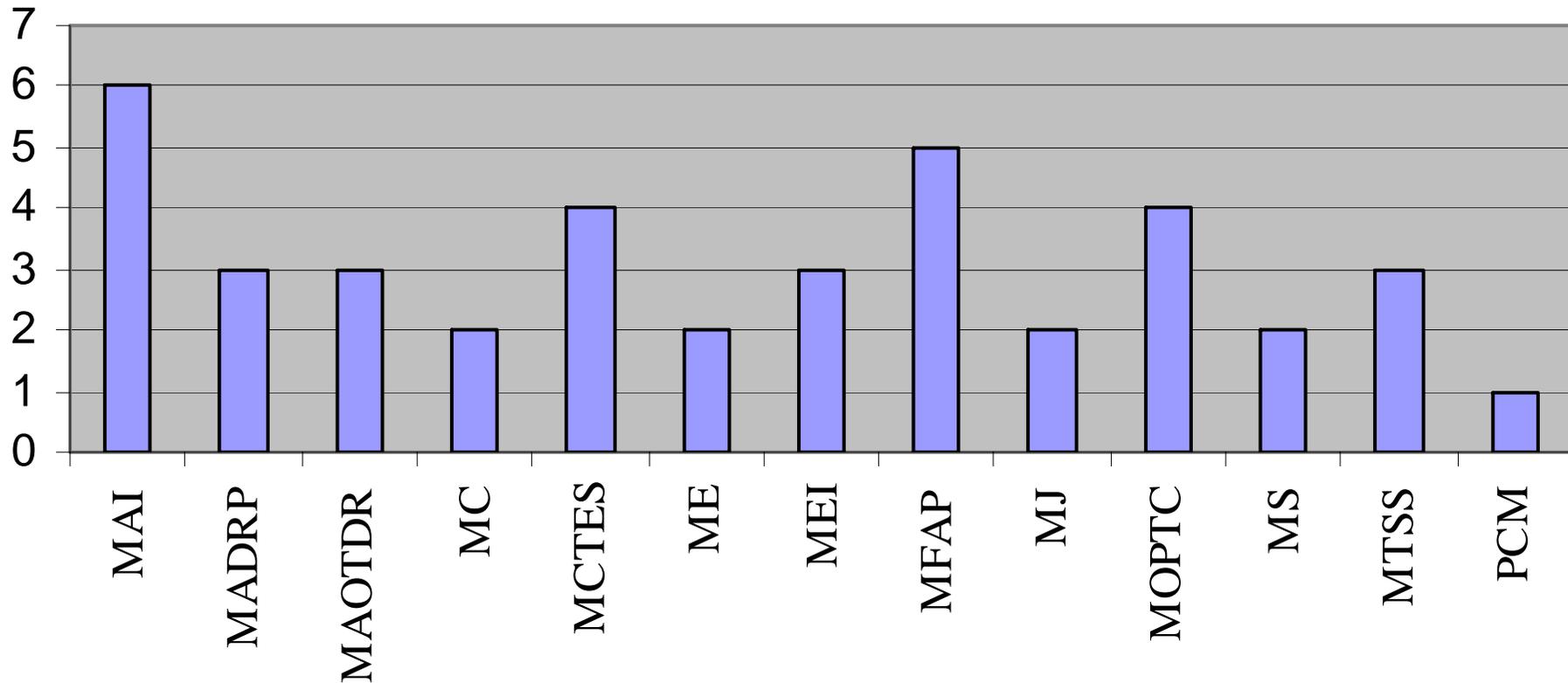
Participantes, Setembro 2006

- **38** instituições públicas, representando a quase totalidade dos Ministérios, e incluindo emissores de facturas muito significativos
- **10** fornecedores de sistemas de facturação electrónica, representando algumas das mais conceituadas empresas do sector, e o **IIMF**
- **18** fornecedores/clientes da AP
- **4** instituições, **3** fornecedores iniciais ausentes

Fornecedores de soluções



Ministérios Participantes



Standards

- **Formatos estruturados, Vs. “pdf” assinados**
- **A opção por formatos baseados em XML tem sido incontroversa: UBL, GS1**
- **Na interface com sistemas do IIMF, apenas UBL. Sincronização de estados por troca de mensagens (em definição).**
- ***A rápida generalização do uso da FE exige convergência nas opções, garantindo interoperabilidade efectiva, e de baixo custo. A utilização de XML está mesmo no início!***

Exemplos Fornecedores da AP

Portugal Telecom: “pdf” por correio electrónico normal. Dados estruturados, em formato XML próprio, para transferência. Adoptará o formato UBL em 2007.

EDP: Dados de facturação em formato estruturado próprio para transferência pela Internet. Têm sido realizadas experiências de conversão para o formato UBL no contexto dos actuais pilotos.

GALP: Facturas electrónicas em formato próprio para um dos seus segmentos de clientes. Poderá adquirir outras capacidades, e alargar a facturação electrónica a outros tipos de clientes.

EPAL: “pdf” por correio electrónico normal. Dispõe hoje apenas de capacidades experimentais para formatos “standard”, adquiridas no contexto dos actuais pilotos.

CTT: “pdf”. Dados de facturação em formato estruturado próprio, complementando as facturas em papel. Facturas electrónicas em formatos estruturados em regime experimental, no contexto dos actuais pilotos. Tem planos para a sua futura disponibilização durante o ano de 2007. Propõe a “ViaCTT” como veículo de distribuição garantida de documentos electrónicos.

Resultados (1)

- Projectos revelam a viabilidade e relativa simplicidade da adopção da FE
- Identificam um conjunto de soluções e configurações apropriadas à grande maioria dos organismos
- Mostram que a integração automática de dados contabilísticos, com ERP's, com SGD e com Sistemas de Informação Contabilística próprios da AP (IIMF) é tecnicamente ultrapassável com custos aceitáveis
- Promovem a utilização de **plataformas partilhadas**

Resultados (2)

- O **Estado** está a ser, e será no futuro próximo, um **impulsionador insubstituível** da adopção da FE, como assim o decidiu.
- O mercado mostra grande **dinamismo**, anunciando novas parcerias, novos produtos, condições mais competitivas.
- As empresas capitalizam na experiência e conhecimentos adquiridos em sectores mais específicos.
- **Diversidade** de empresas: Multinacionais e nacionais, isoladas ou em parcerias, PME's e de grande dimensão.

Passos Seguintes (1)

- Para os **fornecedores de soluções**, garantir a oferta rápida de serviços e produtos adequados, a preços competitivos, com opções tecnológicas acertadas.
- Para os grandes **clientes e fornecedores do Estado**, cruciais na passagem da fase pioneira para a fase da “industrialização”, disponibilidade para o efectivo aproveitamento da tecnologia, para benefício de todos.

Passos Seguintes (2)

Para a **Administração Pública**, garantir que

- A **capacidade instalada** de facturação electrónica acompanha as suas necessidades.
- O **processo de aprovisionamento** é suficientemente expedito em termos técnicos e administrativos para não representar factor dissuasor significativo.
- Os organismos conhecem as suas necessidades (volumes de facturação, parceiros, práticas internas), e desenvolvem **estratégias efectivas** para o aproveitamento da FE.

Passos Seguintes (3)

Para a **UMIC**, promover

- O alargamento do âmbito dos actuais projectos a mais instituições, e a existência em cada Ministério de um **núcleo efectivo e bem equipado** para a FE, que pode facilmente crescer por agregação de mais entidades.
- O **compromisso** dos principais fornecedores da AP enquanto participantes essenciais deste processo, e instrumentos eficazes da monitorização do seu progresso.
- A preparação de modelos de **contratos de prestação de serviço**, incluindo preços e SLA's.

UMIC

Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP

Instituto Público criado em Janeiro de 2005

MISSÃO

Planear, coordenar e desenvolver projectos nas áreas da Sociedade da Informação e do Governo Electrónico



UMIC
Agência para
a Sociedade
do Conhecimento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Seminário

6 de Novembro de 2006

Obrigado!

Manuel Ricou



UMIC

Agência para
a Sociedade
do Conhecimento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR